



**PAUTA
PARA A 105ª SESSÃO ORDINÁRIA
EM 08 DE AGOSTO DE 2017**

Em pauta por 5 (cinco) sessões, para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 156 e o item 2 do parágrafo único do artigo 148 do Regimento Interno.

1ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 673, de 2017, de autoria do deputado Luiz Fernando T. Ferreira. Proíbe o licenciamento, a instalação e a construção de empreendimentos que produzam gases ou elementos químicos formadores de chuva ácida em áreas localizadas até 20 km de unidades de conservação no Bioma Mata Atlântica.

2 - Projeto de lei nº 674, de 2017, de autoria do deputado Rafael Silva. Classifica Viradouro como Município de Interesse Turístico.

3 - Projeto de lei nº 675, de 2017, de autoria do deputado João Paulo Rillo. Dispõe sobre a vedação da alienação de espaços territoriais estaduais especialmente protegidos - ETEEPs, salvo nas hipóteses previstas na legislação federal.

4 - Projeto de lei nº 676, de 2017, de autoria do deputado Marco Vinholi. Classifica Viradouro como Município de Interesse Turístico.

2ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 660, de 2017, de autoria da deputada Marcia Lia. Dá a denominação de "Antonio Santana" ao viaduto localizado no km 11 da Rodovia Engenheiro Ronan Rocha - SP 345, em Itirapuã.

2 - Projeto de lei nº 661, de 2017, de autoria do deputado Wellington Moura. Torna obrigatória a instalação de redes de proteção, grades ou similares em janelas, varandas ou sacadas pelas construtoras em condomínios residenciais verticais novos no Estado.

3 - Projeto de lei nº 662, de 2017, de autoria do deputado Caio França. Declara de utilidade pública a "Associação Comercial Agrícola e Industrial de Itanhaém", naquele Município.

4 - Projeto de lei nº 663, de 2017, de autoria do deputado Vaz de Lima. Declara de utilidade pública a "Associação Bauruense de Desportos Aquáticos", em Bauru.

5 - Projeto de lei nº 664, de 2017, de autoria do deputado João Caraméz. Declara a cidade de Itápolis como a "Capital dos Carros Antigos", no Estado.

6 - Projeto de lei nº 665, de 2017, de autoria do deputado Marco Vinholi. Classifica Mendonça como Município de Interesse Turístico.

7 - Projeto de lei nº 666, de 2017, de autoria do deputado Léo Oliveira. Obriga as empresas concessionárias de rodovias em atividade no Estado, a realizarem o resgate e a assistência de emergência de animais acidentados nas rodovias e estradas por elas administradas.

8 - Projeto de lei nº 667, de 2017, de autoria da deputada Clélia Gomes. Classifica Estrela D'Oeste como Município de Interesse Turístico.

9 - Projeto de lei nº 668, de 2017, de autoria do deputado Paulo Correa Jr. Declara de utilidade pública a "Associação Renascer", em Registro.

10 - Projeto de lei nº 669, de 2017, de autoria do deputado Paulo Correa Jr. Declara Boituva como a "Capital Estadual do Passeio de Balão".

11 - Projeto de lei nº 670, de 2017, de autoria do deputado Campos Machado. Classifica Cosmópolis como Município de Interesse Turístico.

12 - Projeto de lei nº 671, de 2017, de autoria do deputado Campos Machado. Classifica Luiz Antônio como Município de Interesse Turístico.

13 - Projeto de lei nº 672, de 2017, de autoria do deputado Carlos Cezar. Obriga as indústrias de café em cápsulas, os supermercados e hipermercados que comercializam referido produto a estabelecerem o sistema de logística reversa para destinação adequada dos invólucros utilizados.

14 - Moção nº 59, de 2017, de autoria do deputado Ricardo Madalena. Apela para os Srs. Presidentes da República, do Senado Federal e da Câmara dos

Deputados, bem como ao Ministro do Meio Ambiente, Presidente do Conama e do Conselho Nacional de Recursos Hídricos e ao Ministério Público Federal para que promovam as medidas necessárias à suspensão do fracking no Brasil - Gás de Xisto - em respeito à proteção à vida humana e ao meio ambiente.

3ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 645, de 2017, de autoria do deputado Campos Machado. Institui a Semana Estadual da Conscientização, Prevenção, Controle e Combate à Leishmaniose, no Estado.

2 - Projeto de lei nº 646, de 2017, de autoria do deputado Marco Vinholi. Declara de utilidade pública a "Associação Voluntários Irmã Ana Maria - AVOIAM", em Catanduva.

3 - Projeto de lei nº 647, de 2017, de autoria do deputado Marco Vinholi. Autoriza o Poder Executivo a implantar o Restaurante Popular "Bom Prato" nas dependências do Hospital Padre Albino, em Catanduva.

4 - Projeto de lei nº 648, de 2017, de autoria do deputado Marco Vinholi. Classifica Paraíso como Município de Interesse Turístico.

5 - Projeto de lei nº 649, de 2017, de autoria do deputado Marco Vinholi. Classifica Novo Horizonte como Município de Interesse Turístico.

6 - Projeto de lei nº 650, de 2017, de autoria do deputado Marco Vinholi. Classifica Novais como Município de Interesse Turístico.

7 - Projeto de lei nº 651, de 2017, de autoria do deputado Marco Vinholi. Classifica Jaboticabal como Município de Interesse Turístico.

8 - Projeto de lei nº 652, de 2017, de autoria do deputado Marco Vinholi. Classifica Jaborandi como Município de Interesse Turístico.

9 - Projeto de lei nº 653, de 2017, de autoria do deputado Marco Vinholi. Classifica Irapuã como Município de Interesse Turístico.

10 - Projeto de lei nº 654, de 2017, de autoria do deputado Marco Vinholi. Classifica Elisiário como Município de Interesse Turístico.

11 - Projeto de lei nº 655, de 2017, de autoria do deputado Marco Vinholi. Classifica Dobrada como Município de Interesse Turístico.

12 - Projeto de lei nº 656, de 2017, de autoria do deputado Marco Vinholi. Classifica Catiguá como Município de Interesse Turístico.

13 - Projeto de lei nº 657, de 2017, de autoria do deputado Marco Vinholi. Classifica Assis como Município de Interesse Turístico.

14 - Projeto de lei nº 658, de 2017, de autoria do deputado Marco Vinholi. Classifica Salto de Pirapora como Município de Interesse Turístico.

4ª Sessão

1 - Projeto de lei Complementar nº 17, de 2017, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Veda a percepção, por Secretários de Estado, titular ou em exercício, de remunerações ou adicionais decorrentes da participação em reuniões de Conselhos de Administração de empresas estatais, Fundações Públicas e Autarquias.

2 - Projeto de lei nº 641, de 2017, de autoria do deputado Antonio Salim Curiati. Dá a denominação de "Engenheiro Jorge Nassif Haddad" ao Complexo Viário de Jundiaí, que compõe a fase 1ª, entre os kms 56 e 57 da SP - 330, em Jundiaí.

3 - Projeto de lei nº 642, de 2017, de autoria do deputado Pedro Kaká. Fica concedida a anistia administrativa aos servidores do Sistema Penitenciário do Estado, aos quais se atribuem condutas durante movimentos reivindicatórios por melhorias de vencimentos e de condições de trabalho ocorridos durante o movimento paredista dos anos de 2014 e 2015.

4 - Projeto de lei nº 643, de 2017, de autoria do deputado Orlando Bolçone. Classifica Onda Verde como Município de Interesse Turístico.

5 - Projeto de lei nº 644, de 2017, de autoria do deputado Itamar Borges. Dá a denominação de "Dr. Edson de Godoy Bueno" ao viaduto localizado no km 417 da Rodovia Marechal Rondon SP - 300, em Guarantã.

6 - Projeto de decreto legislativo nº 6, de 2017, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Susta os efeitos da Resolução SEE nº 30, de 2017, que estabelece diretrizes para a organização curricular do Ensino Fundamental e do Ensino Médio da Educação de Jovens e Adultos - EJA, em classes multisseriadas.

Em pauta por 3 (três) sessões para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o item 1 do parágrafo único do artigo 148 do Regimento Interno (Urgência).

3ª Sessão

Projeto de lei nº 659, de 2017, de autoria do Sr. Governador. Dispõe sobre a reorganização societária da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP.